



MPPI
Ministério Público
do Estado do Piauí

INHUMA

Promotoria de Justiça
de Inhumas

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

SIMP nº 000219-230/2025

Aos 06 (seis) dias do mês de agosto do ano de 2025, a partir das 15 (quinze) horas, no Auditório da Câmara Municipal, situado na cidade de Ipiranga do Piauí/PI, foi realizada **AUDIÊNCIA PÚBLICA** promovida pelo Ministério Público Estadual, por meio da Promotoria de Justiça de Inhumas, com o objetivo de debater questões relacionadas à Lei Municipal nº 854/2023, que alterou a denominação da Escola Municipal 13 de Maio para Escola Municipal Genésio Borges Caminha, no município de Ipiranga do Piauí

A iniciativa de promover a audiência surgiu de representação apresentada pelo vereador Edivaldo da Silva Fontes, do município de Ipiranga do Piauí, acompanhado da Sra. Genilda Borges, filha do homenageado Genésio Borges Caminha, noticiando o descumprimento da Lei Municipal nº 854/2023, sancionada em 25 de setembro de 2023.

Para tal mister, compuseram a mesa expositora os(as) senhores(as):

Jessé Mineiro de Abreu	Promotor de Justiça – Titular da Promotoria de Justiça de Inhumas
Francisco Elvis Ramos	Prefeito de Ipiranga do Piauí
Iolanda dos Santos Vieira Rêgo	Vice-Prefeita de Ipiranga do Piauí
Paulo César Cortez Vieira	Presidente da Câmara de Vereadores de Ipiranga do Piauí
Francisco Márcio de Sousa	Vice-Presidente da Câmara de Vereadores de Ipiranga do Piauí





MPPI
Ministério Público
do Estado do Piauí

INHUMA

Promotoria de Justiça
de Inhumas

Henrique Daniel de Moura Lea	1º Secretário da Câmara de Vereadores de Ipiranga do Piauí
Jofran Sebastian Lopes Lea	2º Secretário da Câmara de Vereadores de Ipiranga do Piauí
João Olímpio Fernandes	Vereador de Ipiranga do Piauí
Edvaldo da Silva Fontes	Vereador de Ipiranga do Piauí
Tiago Leal Sousa	Vereador de Ipiranga do Piauí
Antônio Ribeiro Dantas Neto	Vereador de Ipiranga do Piauí
Peterson Martins Barbosa	Vereador de Ipiranga do Piauí
Franco Didier Ferreira Cândido Júnior	Assessor Jurídico da PJ de Inhumas

A dinâmica da audiência consistiu em: 1) foi assegurada a palavra aos componentes da mesa, para considerações introdutórias; 2) foi dada a palavra aos espectadores, a fim de que expusessem eventuais questionamentos; 3) a palavra foi novamente dada aos componentes da mesa instados a esclarecer os questionamentos feitos.

Os trabalhos foram iniciados pelo Promotor de Justiça Jessé Mineiro de Abreu, que, após expor o tema e o motivo da audiência pública, apresentou ao público os componentes da mesa e fez os agradecimentos iniciais. Em seguida, franqueou a palavra aos demais componentes da mesa.

Pela ordem, seguindo a dinâmica da audiência, o Promotor de Justiça franqueou a palavra ao público.

Assinado digitalmente na forma da lei 11.419/2006 por JESSE MINEIRO DE ABREU em: 16/09/2025 13:47.





MPPI
Ministério Público
do Estado do Piauí

INHUMA

Promotoria de Justiça
de Inhumas

O representante do Poder Executivo iniciou sua manifestação destacando que a audiência tinha como finalidade **esgotar todas as possibilidades de conciliação**, enfatizando que a situação atingiu um ponto em que não há como arrepender nenhum dos lados, mas que era necessário chegar a uma conclusão justa e legal. Ressaltou que, como consultor das leis atuava sempre em consonância com o Ministério Público e com o Legislativo, respeitando a autonomia de cada órgão, mas com a responsabilidade de ouvir a comunidade e propor soluções que promovam harmonia e legitimidade social.

Durante a audiência, enfatizou-se que o Ministério Público não possui poder para interferir no processo legislativo da Câmara Municipal, salvo em ilegalidades ou afronta à ordem constitucional, bem como que sua presença visa garantir a fé pública da audiência e a legitimidade dos encaminhamentos. Ressaltou que seu papel era ouvir a população e assegurar que qualquer decisão tomada estivesse em conformidade com a lei e respeitasse a democracia. O representante do Executivo também destacou que houve diálogo prévio com o Ministério Público, que se mostrou claro quanto à impossibilidade de interferência direta na legislação municipal.

O debate trouxe à tona divergências sobre a nomenclatura da escola, com parte da comunidade defendendo a manutenção do nome “13 de Maio”, em razão de seu valor histórico, enquanto outros apoiavam a homenagem ao Sr. Genésio Borges Caminha. O Executivo apresentou alternativas de conciliação, incluindo a possibilidade de manter a denominação original da escola, mas acrescentando a referência ao homenageado no prédio, como “Escola 13 de Maio – Edifício Genésio Borges Caminha”. Também sugeriu que quadras, setores ou dependências da unidade pudessem receber nomes distintos, permitindo a coexistência de duas homenagens.

Foi discutida a necessidade de **consulta popular ou votação aberta**, com participação da comunidade escolar, para assegurar a legitimidade democrática da decisão. Ressaltou-se que qualquer processo de consulta teria que obedecer à legislação, garantindo publicidade e transparência, além de prever os custos e responsabilidades do município. O representante do Executivo enfatizou que a lei orgânica municipal **não especifica expressamente quem tem competência para nomear prédios públicos**, cabendo tanto ao





MPPI
Ministério Público
do Estado do Piauí

INHUMA

Promotoria de Justiça
de Inhumas

Executivo quanto ao Legislativo observar os limites legais, garantindo a validade das nomeações e prevenindo vícios jurídicos futuros.

Durante sua explanação, o representante do Executivo destacou que a situação se tornou complexa devido à forma como o processo de alteração do nome foi conduzido, gerando conflitos de expectativa entre a comunidade e os familiares do homenageado. Enfatizou que todas as decisões precisavam respeitar os princípios da legalidade, publicidade, participação democrática e harmonia entre os poderes. Ressaltou ainda que a intenção do Executivo não era impor qualquer decisão, mas buscar uma solução consensual, legítima e transparente, minimizando impactos financeiros e administrativos para o município.

O Ministério Público atuou como moderador, garantindo que todas as manifestações fossem registradas e que a audiência tivesse **fé pública e validade legal**, assegurando que os encaminhamentos respeitassem a legislação vigente e os princípios constitucionais. Todos os presentes tiveram oportunidade de se manifestar, inclusive familiares, vereadores e representantes da comunidade escolar, permitindo a exposição completa das divergências e sugestões.

Ao final, o representante do Executivo reforçou que a decisão deveria ser tomada de forma conjunta, conciliando o respeito à lei, à democracia e às expectativas da comunidade. Ficou registrado que, preliminarmente, a solução mais adequada seria **manter o nome histórico da escola, acrescentando referência ao homenageado**, ou distribuir nomes para diferentes setores e dependências, garantindo que todos fossem contemplados de maneira justa e equilibrada.

Finalizando a audiência, o Promotor de Justiça asseverou os encaminhamentos:

1. **Prefeitura Municipal de Ipiranga do Piauí** que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, apresente manifestação detalhando as medidas implementadas para o cumprimento da Lei Municipal nº 854/2023, esclarecendo, ainda, eventuais irregularidades detectadas no processo legislativo de aprovação da norma ou na sua implementação prática,





MPPI
Ministério Público
do Estado do Piauí

INHUMA

Promotoria de Justiça
de Inhumas

bem como as providências adotadas ou previstas para sanar quaisquer inconsistências identificadas.

2. Câmara Municipal de Vereadores de Ipiranga do Piauí que, no mesmo prazo, apresente manifestação detalhando as medidas adotadas para assegurar a regularidade do processo legislativo referente à Lei Municipal nº 854/2023, **esclarecendo eventuais irregularidades detectadas na tramitação ou na implementação da norma, e as providências tomadas ou previstas para correção de eventuais falhas**, garantindo a observância da legislação vigente, a transparência administrativa e a proteção do interesse público.

Nada mais havendo a ser declarado, deu-se por encerrada a audiência pública. A presente ata, confeccionada por Franco Didier Ferreira Cândido Júnior, servidor designado para o ato, matrícula nº 15.548, e revisada pelo Promotor de Justiça Jessé Mineiro de Abreu, foi lavrada nos termos do artigo 4º, §3º, da Resolução nº 159, de 14 de fevereiro de 2017, do Conselho Nacional do Ministério Público, e constitui memória sintética da audiência, a qual foi integralmente registrada em vídeo¹, com link a ser juntado no SIMP/MPPI.

JESSÉ MINEIRO DE ABREU

Promotor de Justiça

¹ https://mppimpbr-my.sharepoint.com/:f/g/personal/jesse_mineiro_mppi_mp_br/EsW-uoTOTrVHo_X8c37fs9YBsZVkcNBtyS4uGeo0lcvWA?e=IcdhcO

